

2018/01/09

Irão, a pagar os custos da sua ambição regional

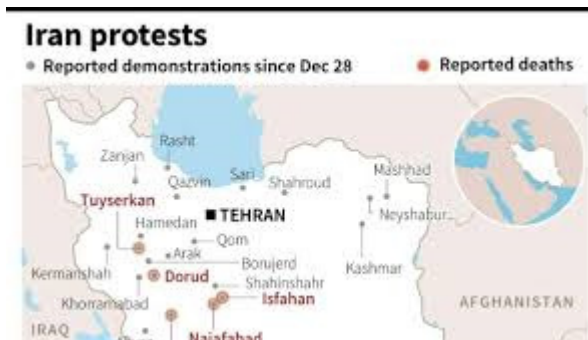
Alexandre Reis Rodrigues

Não há praticamente nenhum ponto comum entre as manifestações que surgiram no Irão em 2009 (conhecidas pela designação de “Green Movement”) e a atual onda de manifestações que grassam por todo o país.

As primeiras, de natureza essencialmente política, começaram e mantiveram-se concentradas na capital, sobretudo como reação a umas eleições presidenciais que os reformistas consideravam fraudulentas. As que estão em curso iniciaram-se na segunda mais importante cidade do país – Mashhad, um importante centro religioso, quer pelos locais sagrados que alberga, quer pela existência de uma facção que se opõe à visão de liderança religiosa do país¹ – e daí foram alastrando, principalmente, mas não em exclusivo, como expressão de um descontentamento generalizado com a situação económica. Até agora, não atingiram num único local nem a dimensão nem a intensidade que tiveram as de 2009, mas espalharam-se rapidamente por todas as províncias, 80 cidades.

Enquanto as de 2009 tiveram uma natureza essencialmente urbana e ligada a elites políticas, as atuais surgem ligadas ao interior como protesto generalizado contra o falhado aproveitamento da oportunidade criada pela assinatura do acordo nuclear de julho de 2015, que abriu os cofres do país à entrada de muitos milhares de milhões de dólares de investimento externo. Só depois das queixas contra o desemprego, inflação e aumento desmesurado do custo de alguns bens essenciais² é que começou a ser pedida a mudança de regime, a ser denunciada a opressão do governo e incapacidade de combater a corrupção e a ser apontado o dedo aos poderes quase sem limites dos religiosos.³

Em 2009, surgiram apelos internos a pedir a ajuda dos EUA, mas a administração Obama optou por não interferir. Presentemente, não se regista qualquer pedido de apoio externo, mas a administração Trump faz questão de se demarcar da posição



¹ Extrato da Enciclopédia Britânica sobre a atual organização do Estado iraniano: «Iran is a unitary Islamic republic with one legislative house. The country's 1979 constitution put into place a mixed system of government, in which the executive, parliament, and judiciary are overseen by several bodies dominated by the clergy. At the head of both the state and oversight institutions is a ranking cleric known as the rahbar, or leader, whose duties and authority are those usually equated with a head of state. The justification for Iran's mixed system of government can be found in the concept of velāyat-e faqih, as expounded by Ayatollah Ruhollah Khomeini, the first leader of postrevolutionary Iran. Khomeini's method gives political leadership—in the absence of the divinely inspired imam—to the faqih, or jurist in Islamic canon law, whose characteristics best qualify him to lead the community.

² Ovos, por exemplo, tiveram um aumento de 50%. O leite também teve aumento elevado.

³ Ver no final deste texto, o esquema explicativo da organização do Estado iraniano, retirado do jornal “L'Orient – Le Jour” de 6 de janeiro de 2018 (AFP).

de Obama e aproveitar a situação para pressionar o regime, prometendo solidariedade para com os que se manifestam⁴ e continuando a insistir na ideia do abandono do acordo nuclear, o que pode acontecer a 12 de janeiro, a data marcada para o Presidente se pronunciar de novo.⁵ É mais uma decisão controversa da administração Trump. Dá ao regime iraniano um argumento para alegar que as manifestações estão a ser orquestradas do exterior. Esta interpretação é útil ao regime, quer para uso externo no âmbito das Nações Unidas, quer no plano interno para colocar as culpas da instabilidade em agentes provocadores a soldo dos EUA e assim agravar mais a já má imagem dos EUA em largos setores da população.

O único ponto comum entre as duas situações será o esperado desfecho. A atual, como aconteceu com a anterior, não dará origem a qualquer alteração relevante do regime nem ameaçará a posição do todo poderoso Líder Supremo Ali Khamenei, que está no poder desde 1989. Não se trata de nenhuma revolução nem de nenhuma movimentação política organizada. É apenas uma explosão de descontentamento que não é grande problema para um regime como o iraniano, que já está a retomar o controlo. Afeta, no entanto, mais uma vez, a sua legitimidade e credibilidade mas os que têm lido a instabilidade como sinal de uma possível queda do regime vão ficar desapontados.

Embora seja uma situação claramente grave, não é tanto, pelo menos por enquanto, como a de 2009, em que morreram 73 iranianos e foram presos cerca de 4.000 (22 mortos e cerca de 1000 prisioneiros, na atual). Tem sido enfrentada apenas com as forças policiais normais sem recorrer aos voluntários paramilitares das forças "Basij" - criadas em 1979 por Khomeini para ficarem diretamente dependentes do Líder Supremo - que tiveram um papel-chave em 2009. Tudo poderá alterar-se se o descontentamento vier a mobilizar a classe média iraniana, mas esta hesita, presume-se por não ter claro o que poderá vir a seguir e ter bem presente os custos da mudança de regime de 1978/1979 que afastou Reza Pahlavi.

A nível externo, é uma crise de grande importância regional com diversas ramificações potenciais, embora, de momento, seja prematuro tentar caracterizá-las. A instabilidade existente e a possibilidade de mais sanções e saída do acordo nuclear terão dois impactos diretos que algumas correntes de opinião avaliam como sendo do interesse do Ocidente e, em geral, das democracias liberais. Vão aumentar a pressão sobre o regime, por um lado desencorajando potenciais investidores externos de que o Irão tanto precisa para melhorar a qualidade de vida da população. Por outro lado, obrigarão Teerão a restringir as intervenções externas em que o Irão se baseia para procura de uma liderança regional.

Porém, outras correntes de opinião, nos EUA e na Europa, defendem que fomentar o crescimento económico seria a melhor forma de ajudar os moderados liderados pelo Presidente Rouhani. De certo modo, foi a ideia que inspirou a celebração do acordo nuclear, permitindo a Rouhani prometer que o levantamento das sanções iria relançar a economia e trazer prosperidade. Trouxe várias melhorias, nomeadamente uma queda da inflação de 40% para os atuais 10%, mas não trouxe uma melhoria relevante do nível de vida. Cabe aqui perguntar se as culpas por este desfecho se devem atribuir ao Governo ou ao sistema político que governa o Irão.

⁴ Como poderá essa solidariedade concretizar-se de forma útil e oportuna é algo difícil de imaginar.

⁵ O Presidente pediu ao Congresso para determinar se os EUA devem ou não abandonar desde já o acordo nuclear. Quanto a sanções, os EUA nunca levantaram algumas que impedem empresas americanas e bancos de fazer negócios com o Irão e impuseram, já com a administração Trump, novas relacionadas com o programa de mísseis balísticos.

Parece óbvio que a crise em curso precisa de ser analisada no contexto da confrontação latente entre os reformadores liberais liderados pelo Presidente e a linha dura dos religiosos sob a direção de Khamenei, num arranjo político⁶ que afasta o país da linha das democracias, muito embora, consiga, apesar de tudo, conservar algumas características democráticas. Khamenei não está a salvo de acusações sérias de uma falta de transparência que beneficia o setor da administração do Estado que controla diretamente,⁷ e de insistência numa estratégia de afirmação regional que está a consumir recursos que seriam necessários para o relançamento da economia. Sob estas circunstâncias, a opção de ajudar Rouhani a dar uma resposta aos descontentes com a situação económica para lhe dar vantagem política interna sobre a “linha dura”, por exemplo levantando sanções, pode muito bem não ser o melhor caminho. Como se viu acima, não há qualquer garantia de que os respetivos benefícios vão na direção certa da melhoria da qualidade de vida da população. Podem apenas continuar a alimentar as ambições regionais do Irão.

⁶ O Líder Supremo acumula a autoridade religiosa com a judiciária e a da chefia das Forças Armadas. É quem define a orientação geral da política iraniana. Preside ao Conselho de Discernimento que tem 34 membros e ao Conselho de Guardas da Constituição (12 membros) de quem depende a validação das candidaturas a eleições e tem poder de veto sobre projetos lei do Parlamento. Tanto ele próprio como os membros dos seus Conselhos são nomeados, exatamente o contrário do que sucede com o ramo da estrutura do Estado encabeçado pelo Presidente, mas, mesmo neste, os deputados do Parlamento estão sujeitos ao escrutínio do Líder Supremo, através do Conselho de Guardas da Constituição.

⁷ Por exemplo no campo do Corpo de Guardas Revolucionários que controlam 15% da economia e há gestão de fundações supostamente de natureza humanitária. Jornalistas da Reuters (numa investigação liderada por Steve Stecklow) apontaram, em 2013, o caso da Fundação Setad controlada por Khamenei e com bens avaliados em 95 mil milhões de dólares. O Presidente Rouhani teve a coragem de se referir a instituições fraudulentas geridas pelos religiosos, o que é bastante invulgar.